

Nos termos do ponto 24.3 do Aviso n.º 1178/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 18, de 25 de janeiro, cumpre divulgar a legislação e a bibliografia necessárias para a preparação dos temas sobre os quais incidirão a Prova de Conhecimentos:

- a) Código de Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- b) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, retificada pela Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto e pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio.
- c) Sistema Integrado de Gestão e Avaliação na Administração Pública – Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- d) Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria – Despacho Normativo n.º 35/2008, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 139, de 21 de julho de 2008, retificado pela Retificação n.º 1826/2008, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 156, de 13 de agosto de 2008;
- e) Portaria n.º 701-H/2008, publicado no Diário da República, 1ª série, suplemento, n.º 145, de 29 de julho - Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados “Instruções para a elaboração de projetos de obras”, e a classificação de obras por categorias.
- f) Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, publicado no Diário da República, 1ª série n.º 105, de 1 de junho - Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
- g) Decreto-Lei n.º 118/2013, publicado no Diário da República, 1ª série n.º 199, de 20 de agosto republicado pelo Decreto-Lei n.º 251/2015, de 25 de novembro, publicado no Diário da República, 1ª série n.º 231, de 25 de novembro (Regime de Certificação e Desempenho Energético dos Edifícios).
- h) Portaria n.º 353-A/2013, publicada no Diário da República, 1ª série n.º 235, de 4 de dezembro - Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.
- i) Despacho (extrato) n.º 15793-D/2013 publicado no Diário da República, 1ª série n.º 234, de 3 de dezembro - Procede à publicação dos fatores de conversão entre

energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.

- j) Portaria n.º 349-D/2013 publicada no Diário da República, 1ª série n.º 233, de 2 de dezembro - estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.
- k) Código dos Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, de 31 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 209, de 30 de outubro de 2017, pela Declaração de Retificação n.º 42/2017, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 231, de 30 de novembro de 2017.
- l) Portaria n.º 371/2017, publicada no Diário da República, 1ª série, n.º 239, de 14 de dezembro - Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré - contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- m) Portaria n.º 372/2017, publicada no Diário da República, 1ª série, n.º 239, de 14 de dezembro - define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;